

Art. 2º: A condição de afrodescendente ou indígena para os fins dessa lei será afirmada por autodeclaração do candidato que se responsabilizará juridicamente pelas informações prestadas.

Art. 3º: A opção do sistema de cotas deverá ser manifestada no ato da inscrição do processo seletivo e o candidato poderá concorrer somente em um dos grupos relacionados nos incisos I a III do Art. 2º.

Art. 4º: As universidades públicas estaduais no exercício de sua autonomia assim como as Fatecs, os procedimentos necessários para a gestão do sistema de cotas, observadas as seguintes regras que são apresentadas nesse documento.”

Salientamos que a instituição desse sistema de cotas no Estado de São Paulo por 10 anos podendo ser prorrogado por mais 10 anos, é uma relação geracional, pois se conseguirmos garantir o acesso dos negros, indígenas, deficientes e oriundos das escolas públicas criamos condições depois de 10, 20 anos, de igualdade. Hoje, esse debate está voltado para as universidades, porém ele precisa ser feito em relação ao mercado de trabalho e outros espaços sociais que os negros têm o direito de ocupar igualmente aos não negros.

Para finalizar, Sr. Presidente, saliento que dialogamos com a Fundação 28 de Agosto, com o Instituto Luiz Gama, com os militantes do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo que nos ajudaram na produção desse projeto de lei. Hoje, demos entrada nesse projeto, mas ao longo dos meses de maio e junho estaremos debatendo com a sociedade a necessidade da instituição dessas cotas nas universidades públicas no nosso Estado. Como disse, não são só os negros, mas também os indígenas, as pessoas com deficiências, os alunos oriundos de escolas públicas do Estado. É uma forma de repararmos atrocidades que aconteceram ao longo das últimas décadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Adriano Diogo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rui Falcão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectador da TV Alesp, venho à tribuna, inicialmente, para comentar a notícia que foi publicada hoje na “Folha de S.Paulo”, inclusive, matéria de capa. Está sendo investigada denúncia pelo Ministério Público Estadual de que um funcionário da Prefeitura do alto escalão teve enriquecimento ilícito. Trata-se de um assessor, uma pessoa que tinha um cargo de confiança na Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo, num departamento conhecido como Aprov, que liberava as construções de empreendimentos imobiliários na Cidade de São Paulo.

A denúncia que consta na matéria e nos autos do Ministério Público Estadual dá conta que o Sr. Hussain Aref, que trabalhou durante toda a gestão do Prefeito Gilberto Kassab, adquiriu 106 apartamentos caríssimos. Nesse período, através dessas compras, ele conseguiu cerca de 50 milhões de reais. É mais do que uma bolada da Mega-Sena. Estamos falando de um trabalhador, um funcionário público, um assessor que tinha um salário que não chegava a 10 mil reais.

Esse caso é muito grave, até porque o Sr. Aref foi nomeado pelo próprio Gilberto Kassab, ainda quando José Serra era o Prefeito da Cidade de São Paulo. Kassab era vice-Prefeito e, por sua indicação, o Sr. Aref foi nomeado em 2005. Mas tem um antecedente preocupante, que liga a figura do Sr. Aref ao Prefeito Kassab. O Sr. Aref trabalhou na Secretaria de Planejamento, no final dos anos 90, quando Kassab era o Secretário de Planejamento, cargo também de confiança do ex-Prefeito Celso Pitta, já falecido, que teve um governo muito denunciado em vários casos de corrupção. Ou seja, o Sr. Aref já era conhecido, já tinha sido nomeado no Governo Pitta pelo próprio Kassab. Depois, foi nomeado novamente.

É muito preocupante essa denúncia porque poderá nos revelar algo pior ainda; poderá revelar indícios gravíssimos de corrupção envolvendo não apenas o Sr. Aref, que era diretor do Aprov até alguns dias atrás. Podemos imaginar que talvez haja um grande esquema de corrupção. Tudo leva a crer que sim. Espero que o Ministério Público faça essa investigação. Parece-me que a questão é muito mais profunda do que posamos imaginar e envolve, logicamente, todo o processo que estamos discutindo da especulação imobiliária na Cidade de São Paulo. Parece-me que esse senhor era um agente a serviço dessa especulação imobiliária porque é impossível que com os rendimentos salariais de apenas 10 mil reais, um funcionário público em um cargo de confiança do alto escalão do Governo Kassab, tenha conseguido comprar 106 imóveis caríssimos na Cidade de São Paulo.

Na soma total, segundo matéria publicada hoje no jornal "Folha de S. Paulo", ele teria um patrimônio superior a 50 milhões de reais. Esperamos que o Ministério Público aprofunde as investigações e resolva este caso.

Nós estamos preocupados porque se um único indivíduo consegue um patrimônio como esse, trabalhando na Prefeitura de São Paulo, se isso acontece com assessores e funcionários que foram nomeados nessa categoria de cargos de confiança, o quê não estará acontecendo em outros cargos?

De fato, nobres Deputados e Deputado Major Olimpio, a corrupção tem sido endêmica. Parece que ela está tão incrustada na Administração pública porque é difícil até localizá-la. Estamos assistindo o caso do Carlinhos Cachoeira, em Brasília; temos denúncias de corrupção feitas contra o Governo Alckmin, aqui em São Paulo; na FDE; no Metrô; na Dersa; no DER e tantas outras autarquias, mas não conseguimos investigar.

De repente, aparece uma denúncia como essa, mostrando a gravidade da situação e o quanto o dinheiro público está sendo direcionado para o ralo profundo da corrupção.

É por isso que acaba não tendo dinheiro para a Educação, para a Saúde, para a Segurança Pública, para o lazer e cultura. Porque a corrupção é endêmica, conchavada com a especulação imobiliária, com as empreiteiras, com concessionárias e tantos outros setores. Isso tem que ser investigado com rigor, na Prefeitura de São Paulo, no Estado e também a nível federal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Alex Manente. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Olímpio Gomes.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa e cidadãos que nos acompanham pela TV Assembleia, no último dia 08, na semana passada, tivemos uma cidade vítima de marginais em circunstâncias típicas das grandes produções de Hollywood.

A cidade de Ilhabela foi tomada por marginais que chegaram armados com fuzis, submetralhadoras, pistolas e explo-

sivos. Cinco marginais chegaram em um carro roubado, dominaram o único policial militar que estava na base da Polícia Militar, na área chamada Vila, no centro da cidade, porque os outros dois companheiros foram atender o chamado do 190. Esse policial foi dominado, algemado, desarmado e espancado a chutes, coronhadas e pontapés, enquanto outros marginais chegaram de barcos.

Uma verdadeira ação de pirataria de filmes, mas numa realidade muito triste em que por mais de 20 minutos aconteceram ações, explosões de caixa eletrônico e mais de 200 mil reais foram roubados. De imediato, por uma solicitação do prefeito de Ilhabela, Toninho Colucci, estive com o Secretário da Segurança Pública, Dr. Ferreira Pinto, e já se colocou com a força tarefa da Polícia Civil para apuração do delito. Mas fica uma situação em que é preciso dar um basta a esse tipo de coisa.

Temos o grupamento aéreo da Polícia Militar, que hoje tem bases em todo o Estado de São Paulo - 11 aeronaves na cidade de São Paulo, 12 outras aeronaves espalhadas em todo o interior -, de tal forma que não temos nenhum município que diste mais de 200 km de uma base do grupamento aéreo. Com o desenvolvimento e ampliação do Porto de São Sebastião, investimentos do Porto de Santos, do Pré-Sal e incremento econômico, está mais do que na hora de também termos um grupamento para a proteção da costa, dos mares da população. Os marginais fugiram e a polícia não tinha um barco sequer para tentar empreender um acompanhamento.

Os poucos barcos que tem a Polícia Militar estão com o Bombeiro para salvamento e, eventualmente, um barco para a Polícia Ambiental. Ilhabela hoje está sediando, logo mais às 16 horas na Câmara Municipal, uma audiência pública sobre segurança. Gostaria de dizer ao Prefeito Toninho Colucci, a todos os vereadores e à população que, mais do que mobilização, fazemos cobrança com as autoridades de Governo, inclusive Governos Federais. A Marinha, responsável pela questão de defesa territorial, dos mares, não tem nenhuma estrutura, inclusive responsabilidade, diz, em relação à segurança na região portuária, naquela região, de ter uma integração de esforço com a Polícia estadual. A Polícia Federal não tem quase nenhuma estrutura e temos as nossas costas literalmente desprotegidas.

Quero dizer à população da Ilhabela, de São Sebastião, de Caraguá, de Ubatuba, e também ao Litoral Sul, que é mais do que hora de termos um efetivo específico para esse tipo de atitude, de termos barcos, sim, com motores velozes para inibir ações agressivas. Já é a segunda vez em oito meses. Os marginais sabem, e tomara Deus que não haja um policial entre os marginais porque sabe demais da fragilidade da estrutura.

Fica também a minha indignação, estou fazendo indicação ao Sr. Governador e, logicamente, para estudo na Secretaria de Segurança Pública da criação da unidade Pró mares para a polícia ostensiva nos mares. O grupamento aéreo também tem de expandir as suas fronteiras, com maiores investimentos. Não se acionou o Águia para apoiar o local simplesmente porque, em função do mau tempo - a base do Águia da região fica em São José dos Campos - não daria para descer na região da serra.

Precisamos de mais investimentos para a Segurança Pública no Litoral Norte para a proteção das pessoas. Ilhabela, que é um santuário ecológico e sonho de todos nós de paz, tranquilidade e beleza, se transformou num ambiente onde as pessoas ficam de refséns à polícia amordaçada, algemada. O policial, para não ser morto, tem de se atirar no mar posteriormente.

É uma vergonha para a Segurança Pública de São Paulo, para a Segurança Pública no nosso país. Que o Governo Federal tome providência na sua alçada e que o Governo do Estado coloque verdadeiramente estrutura de proteção à população do Litoral Norte.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado João Antonio. (Pausa.) Tem a palavra a nobre Deputada Heroilma Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Donisete Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Vitor Spiazna.

- Assume a Presidência o Sr. Olímpio Gomes

O SR. PRESIDENTE - OLÍMPIO GOMES - PDT - Tem a palavra o nobre Deputado Edinho Araújo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Dilmo dos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, quero dizer ao Deputado Major Olimpio que a sua luta é a de todos nós. V. Exa., que pertenceu ao quadro da Polícia Militar, que ornamenta esta Casa já por muitos mandatos, tem lutado muito pela segurança que, infelizmente, ainda não temos.

V. Exa. acabou de discorrer sobre um local seguro, tranquilo, talvez um dos lugares mais lindos deste País, que é a Ilhabela. Na sessão anterior, também falei sobre a agressão aos comerciantes de Ilhabela, uma cidade pacífica. Infelizmente, não é só na Ilhabela, mas também em nossa Capital em que fui vereador por muitos anos e que lutei muito para conseguir aplicar a tolerância zero, para conquistar a qualidade de vida fazendo o controle de dois pilares que sustentam a violência, que é a arma e a bebida alcoólica ao lado das drogas.

Se não conseguirmos controlar esses dois pilares que sustentam a violência, jamais teremos segurança. O presidente da República, os governadores, os prefeitos e as autoridades competentes podem contratar pessoas para a Secretaria da Segurança, para a Polícia Militar, para a Polícia Federal, mas, se não controlarmos esses dois pilares, jamais teremos aquilo que queremos: o direito que tem qualquer cidadão de ir e vir, o direito à saúde, o direito à vida.

A violência não campeia só aqui em São Paulo e em Ilhabela, mas, também, no Rio de Janeiro, Recife, Vitória e em muitos outros lugares. Fizemos uma lei aqui para termos segurança preventiva e acabar com o assalto na saída do banco da garupa de moto. Sessenta por cento de assaltos na saída do banco acontecem da garupa de moto. Isso aumenta o número de cadeirantes. O Instituto de Ortopedia do HC, também o Pavilhão Fernandinho de Santa Casa recebem milhares de pessoas acidentadas pela moto.

No Rio de Janeiro, uma mãe é assassinada na frente do seu filho. Peço ao Machado para passar o vídeo aqui, na tela:

- É feita a apresentação do vídeo.

Em Calin e Medellin, o Governo da Colômbia decretou a lei da moto sem garupa para combater a guerra do narcotráfico. No México a mesma lei é usada para controlar ou fazer a prevenção dos acidentes de moto. Lá o trânsito é caótico. Em

algumas cidades italianas e espanholas essa lei é utilizada para diminuir a violência. No entanto, o projeto que proibia a garupa em motos em dias úteis - projeto aprovado aqui pela Assembleia Legislativa - foi vetado e infelizmente pessoas continuam morrendo. Vide o episódio em Rio Claro.

Um senhor de 60 anos aproximadamente viu sua filha ser assaltada por um garupa de moto em frente a sua casa, sai para ver o que estava acontecendo e leva um tiro no peito. É assim.

Uma lei que poderia ajudar o País inclusive a evitar queima de arquivo, a exemplo do que talvez tenha acontecido em Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro, é desprezada. Com ela poderíamos passar a outros países a sensação de que o Brasil é um país seguro, porque um país inseguro não atrai investimento e não gera emprego. Pelo contrário: aumenta cada vez mais a violência.

Encerro dizendo que se Deus quiser, aqui na Assembleia Legislativa, iremos fazer leis que possam nos ajudar a buscar o tolerância zero, a fazer blitz pelo desarmamento; o Governo e à Polícia poderiam nos ajudar a ter o direito à vida, o direito de ir e vir.

O SR. PRESIDENTE - OLÍMPIO GOMES - PDT - Esgotada a lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rui Falcão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Celso Giglio.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Samuel Moreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Dilmo dos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Olímpio Gomes.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, primeiramente gostaria de fazer uma solicitação a toda a população. Vossa Excelência que é médico, Sr. Presidente, sabe do tamanho do problema da falta de sangue nos bancos de sangue.

Uma matéria tratando da falta de sangue no hemocentro tem feito com que várias cirurgias, inclusive transplantes, sejam adiadas por falta de sangue. Para se manter o estoque deveríamos receber 450 bolsas/dia, diz o hemocentro. Mas na semana passada a média foi de 250 bolsas/dia, caiu mais de 50 por cento.

Talvez a Assembleia Legislativa pudesse encabeçar a campanha de doação de sangue com os próprios funcionários através de intercâmbio com o hemocentro, que poderia mandar sua equipe para cá.

Semana passada participei, doador que sou, de uma atividade promovida pelo 18º Batalhão da Polícia Militar com o banco de sangue da Santa Casa de São Paulo lá na Casa da Cultura na Freguesia do Ô. Apenas em uma manhã tivemos 130 bolsas de sangue; precisamos de 450/dia para a Cidade de São Paulo.

Então fica aqui meu pedido de solidariedade humana para que as pessoas procurem os bancos de sangue, que façam a sua doação e que os órgãos públicos, como fez o Coronel Diniz com o 18º Batalhão, as demais unidades da Polícia, da Polícia Civil, outros segmentos da sociedade, tenham igual iniciativa de promover campanhas de solidariedade humana com a doação de sangue, para evitarmos esse caos de não termos sangue para se fazer essas cirurgias, cirurgias emergenciais e transplantes.

E já que estou falando em sangue, aproveito a oportunidade para lembrar que muitas vezes a área pública acaba sugando o sangue da população, uma parte na corrupção, outra parte, muitas vezes, até em salários ou benefícios indevidos. Estou falando justamente em função de o Senado ter aprovado, na semana que passou, o fim do 14º e 15º salários para o Congresso Nacional, refletindo nas Assembleias Legislativas. O projeto agora vai para a Câmara dos Deputados, é necessário que a população continue fazendo a devida pressão. Nas Assembleias Legislativas, como aqui, acabou ganhando o nome jocoso de auxílio paletó, porque acaba sendo uma verba travestida de uma ação indenizatória e prêmio pela assiduidade dos deputados. Vejam hoje, segunda-feira, conseguimos ter 26 parlamentares que assinaram a lista de presença, da parte da manhã até agora, não que estejam efetivamente no Legislativo. Então prêmio por assiduidade é muito.

Apresentei um projeto de resolução à Mesa extinguindo essa questão do 14º e 15º salários do Legislativo no Estado de São Paulo. Por uma interpretação da Comissão de Constituição e Justiça, entenderam não haver competência para um deputado propor projeto de resolução que verse sobre matéria salarial. Então o mesmo argumento que o Governo do Estado usa para dizer que não temos competência, quando falamos que temos competência concorrente, a Comissão de Constituição e Justiça aplicou em relação ao meu projeto.

Daí a minha satisfação; tomara mesmo que a Câmara dos Deputados siga o mesmo caminho do Senado, que acabe com esse benefício, porque ele pode ser legal hoje, porque está na lei, mas é imoral e antiético para a sociedade. Algumas Assembleias Legislativas já estão tomando a iniciativa de acabar por iniciativa própria. A Assembleia Legislativa arquivou e desconsiderou a minha proposta; quando encaminhei à Administração da Casa o meu pedido, já no ano passado, para não receber verba indenizatória dessa natureza, também me foi respondido que não iriam responder, porque está sub judice no Tribunal de Justiça a questão desse benefício, que entendo como um malefício para a sociedade e também para o próprio Legislativo.

Estou pedindo às pessoas para que doem sangue pela vida dos outros, e digo também aos nossos parlamentares que é hora de poupar o sangue da população também com o fim dessas verbas indenizatórias, com o fim do auxílio paletó disfarçado de verba indenizatória.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Parabéns Deputado pela luta em prol de uma maior doação de sangue. Acredito que esse pedido vai ser ouvido pela população.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia os seguintes projetos vetados: Projeto de lei Complementar nº 23 de 2011, e os Projetos de lei nº 729, 1141 e 1232/11.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de quinta-feira, 10 de maio, e os aditamentos ora anunciados, lembrando-os ainda da Sessão Solene a realizar-se hoje às 20 horas, com a finalidade de homenagear os 90 anos do Maestro e compositor Gilberto Mendes.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA
DE 17/05/2012
EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

MARCO ANTONIO BALCONI CLARINO, RG nº 533423727, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1254/2012);
NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 1.136, de 25 de abril de 2011:

ANDRE GAGLIOTTI, RG nº 27907534-0, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de LUCIO ELIAS PEREIRA.

(Decisão nº1255/2012);
RAPHAEL NOGUEIRA MENDES INACIO, RG nº 48890554, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de MARCO ANTONIO BALCONI CLARINO.

(Decisão nº1256/2012);
TRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:
Mat 8265, LUIZ CARLOS BARBOSA MASSARIOLI, GED Nível VII, a partir de 01/05/2012
Mat 8895, MARIA JOSÉ DE SOUZA MORAIS, GED Nível VII, a partir de 01/05/2012
Mat 13048, RONALDO VIEIRA STEFANI, GED Nível VI, a partir de 01/05/2012
Mat 17184, ROSELI DE OLIVEIRA SOUSA, GED Nível IV, a partir de 01/05/2012
(Decisão nº 1257/2012);

EXPEDIENTE S/Nº de 23 de abril de 2012
INTERESSADO: Secretaria Geral Parlamentar
ASSUNTO: Viagem do senhor Deputado André Soares, com a finalidade de participar da XVI Conferência Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais, a realizar-se em Natal-RN, no período de 29 de maio a 1º de junho de 2012 (Ato nº. 24, de 2012, do Presidente).

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e examinando a matéria tratada no presente expediente, DECIDE AUTORIZAR a realização da despesa para custear os gastos relativos à viagem senhor Deputado André Soares, com a finalidade de participar da XVI Conferência Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais, a realizar-se em Natal-RN, no período de 29 de maio a 1º de junho de 2012 (Ato nº. 24, de 2012, do Presidente), nos termos manifestação do Serviço Técnico de Contabilidade, às fls. 4, apresentando oportunamente, a devida prestação de contas.
(Decisão nº 1250/2012);

PROCESSO RG Nº 6626/06
INTERESSADO: Departamento de Recursos Humanos
ASSUNTO: Alteração de Grade de Substituição
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e à vista da manifestação de fls. 114 do Senhor Secretário Geral de Administração, DEFERE a alteração da lista de substituição nos termos do artigo 43 do Ato nº 30/10, do Departamento de Recursos Humanos, a partir de 01 de maio de 2012, na seguinte conformidade:
Departamento de Recursos Humanos
Cargo: Diretor de Departamento
Titular: Elcio Avelino Araujo, RG. 17.731.237-3
1º Substituto: Maria Teresa de Oliveira Rosa, RG. 13.272.135-1
2º Substituto: Liane Rossi, RG. 12.891.896-2
(Decisão nº 1251/2012);

PROCESSO RG Nº 09247/96
Procedência: Administração da ALESP
Interessada: Secretaria Geral de Administração
Assunto: Designação de membros para a Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo da ALESP.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, ante a solicitação do Senhor Gerente do Núcleo de Qualidade, para que sejam indicados os nomes de servidores que irão compor a Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo da ALESP, e considerando a edição do Ato nº 02/2012, da Mesa (fls. 547/550), com base no artigo 3º da Resolução nº 877, de 28 de novembro de 2011, DECIDE DESIGNAR os servidores abaixo-relacionados para constituir a nova Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo da ALESP, criada pela Resolução nº 877, de 28 de novembro de 2011 e com as atribuições previstas no artigo 1º do mesmo diploma legal, na seguinte conformidade:

MEMBROS:
- CELSO MITSUHIRO MATSUMOTO, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.869.614-4, matrícula nº 16.149, ocupante do cargo de Analista Legislativo e na qualidade de Coordenador do referido órgão Colegiado;
- MARCO ANTONIO HATEM BENETON, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.108.50, matrícula nº 13.149, ocupante do cargo de Procurador;